

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Mas são mesmo mais pacíficas?

Vasco Rato

Instituto da Defesa Nacional

As teorias das relações internacionais não têm sido particularmente bem sucedidas na previsão das guerras entre os Estados. Se há muitas e contraditórias explicações sobre as causas de guerras concretas na literatura científica, os resultados obtidos para antecipar e evitar os factores que arrastam os Estados para conflitos violentos são escassos.

O objecto deste artigo não são «as causas da guerra», mas a questão mais limitada da ausência de guerras entre os Estados democráticos, isto é, a tese segundo a qual as democracias mantêm entre si uma «paz separada». Depois de avaliar os dados empíricos em que assenta essa tese, serão analisadas as diferentes teorias que procuram explicar por que razão não houve, historicamente, guerras entre as democracias. Num sentido geral, o propósito deste estudo é determinar se as democracias são, efectivamente, mais pacíficas do que as não-democracias, ou se a paz interdemocrática resulta de outras variáveis para lá da natureza dos regimes políticos.

Num discurso de campanha revelador, o então candidato presidencial norte-americano Bill Clinton declarou que «os Estados democráticos não fazem a guerra uns aos outros. Não apoiam o terrorismo, nem se ameaçam uns aos outros com o recurso às armas de destruição maciça»¹. A convicção de que as democracias são mais pacíficas continua a ser partilhada por académicos, políticos e pelo público nos quatro cantos do mundo. Todavia, essa perspectiva, que se tornou praticamente consensual nas nações democráticas, pode não ser mais do que um acto de fé assente na correlação de dados estatísticos elevados ao estatuto de dogma científico. Em todo o caso, o pressuposto da paz democrática merece uma análise cuidada, desde logo porque a sua aceitação tem como corolário uma estratégia de política externa cuja finalidade é a disseminação geral da democracia².

Não é surpreendente que as perspectivas idealistas e neokantianas que antecipam o «fim do realismo» sejam bem aceites pelos académicos nas conjunturas históricas de mudança sistémica³. No fim das duas guerras mundiais foi manifesto um interesse renovado no idealismo, que se exprimiu em teorias proponentes da criação de uma ordem internacional mais pacífica, assente no direito, nas instituições internacionais e na expansão da democracia⁴. Se bem que a realidade nunca se tenha conformado a essas expectativas, não é de admirar que, no fim da Guerra Fria, o realismo, com o seu ênfase no conceito de equilíbrio de poder, seja posto em causa por teses como a paz interdemocrática, que sublinham a importância dos valores e das variáveis institucionais internas⁵.

O que é a democracia?

A definição da democracia tem-se revelado uma empresa árdua e frustrante. Ao longo dos tempos, houve muitas teorizações sobre a natureza da democracia e, no entanto, ainda está longe uma resposta satisfatória. A democracia significa diferentes coisas para

diferentes pessoas, e o termo é usado para descrever tipos de regimes incompatíveis entre si. Contudo, para analisar a tese da paz interdemocrática parece indispensável ter uma definição operativa de democracia, uma vez que da definição dessa variável decorrem resultados alternativos sobre a guerra e outros fenómenos políticos. Por outras palavras, o modo como se definem as variáveis não só limita o objecto da análise como condiciona as suas conclusões.

Por essas razões teóricas e práticas, a definição de democracia adoptada acompanha a noção de «poliarquia» de Robert Dahl, que valoriza os procedimentos e as garantias institucionais. Dahl indicou que «uma característica chave de uma democracia é a permanente resposta do governo às preferências dos cidadãos, considerados politicamente iguais entre si»⁶. Essa capacidade de resposta, por sua vez, pressupõe a existência de três condições fundamentais: primeiro, os cidadãos têm de ter a oportunidade de formular as suas preferências; depois, têm de ter a oportunidade para indicar essas preferências aos seus concidadãos e ao governo pela acção individual e colectiva; enfim, as suas preferências têm de pesar, com equanimidade, na condução da governação, isto é, serem recebidas sem discriminações, qualquer que seja o teor ou a origem dessas preferências⁷. Para essas «oportunidades» poderem ser realizadas, devem estar asseguradas as seguintes «garantias institucionais»: a liberdade de formar e aderir a organizações, a liberdade de expressão, o direito de voto, o direito dos dirigentes políticos competirem entre si para ganhar apoios, a disponibilidade de fontes alternativas de informação, eleições livres e justas e, por último, instituições políticas governamentais dependentes do voto e de outras expressões livres das preferências⁸. Esta formulação insiste, claramente, na participação, na competição política e na possibilidade de exercer plenamente os direitos cívicos e políticos fundamentais.

A última das «garantias institucionais» de Dahl sugere que as políticas governamentais democráticas são um resultado da expressão autónoma das preferências mais do que a consequência de escolhas individuais ou institucionais que não tenham sido previamente legitimadas pela competição política eleitoral. Insistindo nesse ponto em *Democracy and its Critics*, Dahl afirma que «o controlo sobre as decisões políticas governamentais está constitucionalmente investido em entidades eleitas» e que os seus representantes são «escolhidos em eleições justas e frequentes, nas quais a coerção é comparativamente pouco comum»⁹.

Em suma, a democracia deve ser entendida como um processo, em que estão razoavelmente abertas as oportunidades de participar politicamente num quadro institucional livremente aceite. As eleições competitivas, em sociedades onde se estabeleceu o sufrágio universal, são o mecanismo pelo qual se escolhem os dirigentes políticos. Porém, para a democracia ser sustentável, têm de estar garantidos os direitos e liberdades e o primado da lei¹⁰. Por outro lado, para além desses critérios formais e institucionais, as democracias também se caracterizam por certos valores identificados como a «cultura política democrática»¹¹. Uma vez que os Estados democráticos reconhecem a existência e a legitimidade de um pluralismo de interesses e de ideias, a tolerância da diversidade é um dos valores políticos fundamentais dessas sociedades, tal como a noção de que a soberania política reside na comunidade dos cidadãos e que a autoridade política legítima pressupõe o seu consentimento – é esse o princípio essencial da legitimidade política democrática. A liberdade, entendida como a capacidade para exercer a autonomia individual, no quadro de leis não-arbitrárias, é outro dos valores

principais da cultura democrática. A lista dos valores não pretende ser exaustiva, apenas demonstrar como os processos formais requerem a sua existência.

Se esta definição é aceitável, a democracia passa a ter um significado específico, que inclui instituições e valores interdependentes. Se existem valores democráticos sem as instituições correspondentes, não há democracia. Se as instituições democráticas formais estão constituídas sem os valores correspondentes, nem a sua função é democrática, nem a sua sobrevivência a longo prazo está assegurada. As instituições e os valores sustentam-se reciprocamente.

Contudo, não se deve ignorar que a democracia atravessou importantes mutações históricas. Se é corrente a referência à «democracia de Péricles», não será menos certo que no entendimento moderno esse regime não era de todo democrático. Antes de 1918 e no período entre as duas guerras, os países que declaravam ser democracias pluralistas eram mais democráticos do que os regimes autoritários ou semiliberais que tinham substituído, mas muitas dessas democracias não preenchiam os requisitos exigidos aos Estados democráticos contemporâneos¹².

David Spiro, entre outros, demonstrou que houve guerras interdemocráticas, mas a sua posição foi refutada pela definição de democracia dos teóricos da paz democrática¹³. Definir democracia de acordo com a formulação de Dahl é uma forma de assegurar que nunca se travaram guerras entre as democracias, mas uma definição menos exigente compromete a validade e a relevância futuras da tese da paz democrática. O paradoxo é que uma definição rigorosa é demasiado exclusiva, mas uma definição mais solta qualifica como democráticos regimes cuja natureza não seria como tal reconhecida nos dias de hoje.

A guerra também não é fácil de definir. A maior parte dos investigadores usam os critérios do projecto Correlates of War (cow), que qualifica como guerras os conflitos que causaram mais de mil baixas. Infelizmente, a maior parte do debate sobre a paz interdemocrática fixou-se nos problemas de definição e de quantificação, que são irresolúveis e tornam mais difícil uma análise qualitativa. Pelo contrário, este artigo procura concentrar-se numa discussão qualitativa da tese da paz democrática.

Kant, Doyle e a união pacífica

Em 1795, em *A paz perpétua: um esboço filosófico*, Immanuel Kant defendeu que as repúblicas eram mais pacíficas do que outros tipos de regimes¹⁴. Eram três os seus Artigos Definitivos da Paz Perpétua. O primeiro estabelece que a constituição cívica de todos os Estados deve ser republicana. O segundo declara que a lei das nações deve assentar num federalismo dos Estados livres. O terceiro afirma que a lei cosmopolita se deve limitar a assegurar as condições de hospitabilidade universal. Michael Doyle aplicou e expandiu o argumento de Kant para construir uma teoria contemporânea da paz interdemocrática¹⁵. É esta reconstrução de Kant que será examinada em seguida.

Os governos republicanos foram o produto de uma evolução histórica progressiva. Em consequência, a marcha da história sugere que estavam destinados a substituir as monarquias mais agressivas. Sensíveis aos desejos e ao bem-estar dos seus cidadãos, os governos republicanos hesitariam em envolver-se em guerras que ameaçariam a sua liberdade e prosperidade. Pelo contrário, uma vez que não estavam sujeitas aos condicionamentos que moderavam o comportamento dos dirigentes republicanos, as monarquias eram mais agressivas. No seu comentário quanto às razões propostas por

Kant para explicar a prudência republicana, Doyle indica que «logo que o hábito do respeito pelos direitos individuais é adquirido pelo governo republicano, as guerras passam a ser tidas como desastrosas para o bem-estar do povo»¹⁶. Desse modo, o constitucionalismo republicano restringe esses regimes perante a guerra. Os democratas não são, necessariamente, menos agressivos do que os autocratas, mas as democracias têm um maior sucesso em conter impulsos violentos, pois as consequências das guerras tornam o público democrático mais relutante em envolver-se nesse tipo de conflitos.

O republicanismo circunscreve comportamentos agressivos. Quando valorizam os direitos dos cidadãos, as democracias estimulam o respeito mútuo entre Estados congêneres, codificado pela criação do direito internacional, entendido como um mecanismo que regula e encoraja as relações pacíficas entre os Estados que partilham esses valores codificados. Uma vez que os governos republicanos estão assentes no consentimento interno, as elites e o público democrático «presumem que as políticas externas também são justas e consensuais, merecedoras, portanto, de acomodação»¹⁷. Nesse sentido, uma federação de regimes republicanos emerge para criar uma «zona de paz» em que os conflitos são resolvidos por meios não violentos.

Doyle prolonga o argumento de Kant ao sugerir que os regimes não-democráticos «não têm o direito de estar ao abrigo de intervenções externas, nem se assume que respeitem a integridade política e territorial dos outros Estados»¹⁸. É claro que a mera existência do direito interno não torna os Estados pacíficos na cena internacional, mas a sua aceitação dos valores do direito torna possível a pacificação das relações interdemocráticas. Recorrendo a uma metáfora prosaica, Doyle está a dizer que os Estados não-democráticos são como os «criminosos» numa sociedade e devem ser tratados como tais. Nesse quadro, as democracias são supostas ser pacíficas umas em relação às outras, mas não perante os regimes não-republicanos que se colocam «fora da lei».

O terceiro elemento do argumento kantiano assenta na noção de que, mais cedo do que se pensa, «o direito cosmopolita de hospitalidade permite que o “espírito do comércio” se aproprie de todas as nações, compelindo os Estados a promover a paz e a evitar a guerra»¹⁹. Doyle considera o aumento da interdependência internacional como um resultado do desenvolvimento do comércio livre, com o qual todos os actores têm a ganhar, se não em termos absolutos, pelo menos em termos relativos. Ao contrário de muitos realistas, para quem o aumento da interdependência significa um aumento do nível de vulnerabilidade e uma ameaça à segurança do Estado, Doyle argumenta que o comércio livre consolida a segurança estatal. A partir dessa ideia, sugere que «uma fonte cosmopolita adicional da paz liberal é a capacidade do mercado internacional remover decisões difíceis sobre a produção e a distribuição da esfera directa da política do Estado. Desse modo, deixa de ser um Estado estrangeiro o responsável directo por esses resultados e os Estados podem pôr-se de lado, e em certa medida acima, das rivalidades contenciosas do mercado e estar prontos a intervir para resolver crises»²⁰.

Se há uma boa parte de verdade nessa formulação, nem por isso desaparece uma questão que exige resposta. Se as decisões sobre a produção são retiradas da competência do Estado e o bem-estar dos cidadãos diminui em consequência, não deixarão de surgir pressões para o Estado recuperar uma posição mais activa na regulação do comércio. Por sua vez, essa maior intervenção pode criar dificuldades na relação desse Estado com os seus parceiros externos. Em certa medida, é o que acontece quando os Estados Unidos e a Europa procuram desenvolver políticas industriais que possam responder melhor aos

desafios de uma economia internacional em mudança e nos debates sobre os fluxos financeiros. A posição de Doyle assume que o comércio livre garante o crescimento generalizado e que o Estado não é necessário para criar incentivos financeiros, proteger mercados e indústrias locais ou tomar outras decisões sobre a distribuição dos recursos. Pode ser que tenha razão, mas há indicações fortes no sentido contrário.

Deve referir-se que, hoje em dia, os regimes que Kant caracterizava como republicanos não seriam reconhecidos como democráticos. Os traços que qualificam as democracias contemporâneas – a liberdade, o sufrágio universal ou as eleições competitivas – não existiam no tempo de Kant. Segundo os critérios actuais, as repúblicas eram certamente mais «democráticas» do que as monarquias da altura, mas nem por isso se conformam às exigências impostas na conceptualização de Dahl sobre a democracia liberal. Em todo o caso, note-se que tanto Doyle como Kant vêem a emergência das repúblicas como o resultado de uma evolução histórica da racionalidade. Essas considerações levam a uma crítica mais substancial do pressuposto sobre a ligação entre paz e racionalidade expresso no Primeiro Artigo da Paz Perpétua. As questões políticas tornaram-se cada vez mais complexas, ao mesmo tempo que a informação é cada vez mais seleccionada e superficial. Nesse contexto, os cidadãos não dispõem do tempo e dos meios indispensáveis para comparar diversos pontos de vista e formar um juízo independente. Com efeito, a expansão dos meios de comunicação de massa como simplificadores de questões políticas complexas torna possível a manipulação dos cidadãos pelos actores políticos, através da propaganda e dos símbolos do nacionalismo – o que Bruce Russett chama o rally round the flag effect – embora, como é evidente, essas formas de mobilização também existam nos regimes autoritários²¹. Há outra crítica quanto à posição de Doyle quanto à relutância dos cidadãos em correr os riscos da guerra devido aos seus custos. As duas coisas não têm de estar ligadas, pois as democracias podem decidir travar uma guerra a qualquer preço, como o fizeram contra regimes não-democráticos.

Quanto ao Segundo Artigo kantiano, é óbvio que a confiança entre as nações estimula um comportamento pacífico. Porém, a confiança implica um acordo relativamente aos fins e aos meios nas relações entre os Estados. Se não existem interesses comuns nessa relação, não há razão para pensar que a confiança possa ser preservada. Nesse sentido, a sustentação da paz democrática exige uma existência continuada de interesses comuns entre os Estados. Todavia, se os interesses comuns são um fundamento da confiança, não deixa de ser menos verdade que as não-democracias também podem construir relações confiantes.

O Terceiro Artigo também apresenta um problema sério. O comércio livre pode causar dificuldades a uma democracia com menos sucesso num quadro de liberalização do que num quadro de autarcia. A resolução negociada dos conflitos comerciais é possível se existirem instituições políticas para tal, mas essas instituições só são viáveis se, previamente, existir uma comunidade de interesses. Emboa a guerra não seja inevitável, também não o é a paz. Afinal, as rivalidades económicas intercapitalistas tiveram alguma coisa a ver com as causas da I Guerra Mundial.

Mesmo se se conceder a Doyle a melhor razão nesses pontos, continua a existir uma contradição fundamental entre o Primeiro e o Terceiro Artigos. Para Doyle, a interdependência, ao remover decisões difíceis do nível estatal, pode contribuir para estabilizar a união pacífica. Mas se os Estados não tomam essas decisões, quem é responsável? E se for a Comissão Europeia, que não responde perante os cidadãos, o

processo é democrático? Em suma, se Doyle está certo, há uma contradição entre os dois artigos, que decorre de um entendimento desadequado do papel do Estado, que passou a ter de responder politicamente a questões que, no passado, estavam fora da esfera política. Por outras palavras, Doyle não tem razão quando afirma que a internacionalização leva à despolitização das questões sociais e económicas. Nas sociedades modernas complexas, o domínio de intervenção política alargou-se ao ponto de ser difícil separar as esferas públicas e privadas.

Depois de analisar o argumento filosófico de Doyle, é necessário submetê-lo à prova dos factos, para ver se o comportamento internacional dos Estados democráticos sustenta a posição neokantiana.

Provas empíricas: mónadas e díades

Para todos os efeitos, a existência de uma paz interdemocrática é uma observação empírica que deu origem a duas teorias de nível intermédio. A primeira observação – as democracias não fazem a guerra entre si – estabelece uma relação causal diádica entre a paz e o tipo de regime, pelo qual fica estabelecido que as democracias não são mais pacíficas senão nas suas relações com outras democracias. A segunda é monádica e postula que as democracias, por factores culturais ou estruturais, são mais pacíficas em relação a todos os outros regimes, independentemente do seu tipo. Essas observações produziram quantidades de livros e artigos especializados que não serão analisados neste artigo, embora seja útil referir alguns escritos pioneiros e mais representativos²².

Numa obscura revista técnica, Dean V. Babst chegou à conclusão, baseada na sua análise do estudo de Quincy Wright das 116 principais guerras entre 1789 e 1941, de que «não houve guerras entre nações independentes dotadas de governos eleitos»²³. Embora o método de Babst esteja longe de ser rigoroso, a sua tese defende que os governos democráticos são «uma imparável força para a paz»²⁴. Esta premissa simples, negligenciada pelos investigadores das causas da guerra, tornou-se «uma das mais fortes generalizações não-triviais e não-tautológicas feitas sobre as relações internacionais»²⁵.

A primeira reacção à tese de Babst foi uma rejeição pura e simples. Wright, a seguir ao fim da II Guerra Mundial, recusara a ideia de que as democracias estivessem menos frequentemente envolvidas em guerras do que as nações não democráticas²⁶. O desacordo entre Babst e Wright, porém, era mais aparente do que real. Enquanto Babst dizia que as democracias não lutavam entre si, Wright limita-se a afirmar que é tão provável uma democracia entrar em guerra como uma não democracia. Como é evidente, não se referem ao mesmo assunto, mas vale a pena sublinhar a distinção, pois a literatura sobre a paz democrática parece aceitar essas duas teses aparentemente opostas.

Recorrendo a dados empíricos, Melvin Small e J. David Singer exprimiram a posição corrente na comunidade científica nos anos setenta, quando rejeitaram a tese de Babst, concluindo que as democracias «não se revelaram demasiado propensas para a paz no período histórico entre 1816-1965»²⁷. Russett e Monsen chegaram à mesma conclusão nos seus estudos comparativos²⁸. Uns e outros excluía que o tipo de regime tivesse influência na disposição guerreira dos Estados. O debate continuou assim até R. J. Rummel pôr em causa esse consenso, afirmando que o tipo de regime e o envolvimento na guerra estavam relacionados, pois nenhum par de «democracias estabelecidas» tinha lutado entre si desde 1976 até 1980²⁹. Essa constatação levou-o a generalizar que «quanto maior é a liberdade de um Estado, menor a sua violência interna e externa»³⁰. Rummel

alterou os termos do debate concentrando-se na liberdade e identificando essa característica como a variável causal do processo pacífico dos regimes democráticos. Formulando uma «Joint Freedom Proposition» e uma «Freedom Proposition», Rummel declarou que, primeiro, as democracias não lutam entre si e, segundo, quanto mais libertário fosse menos violento seria um Estado: «a liberdade inibe a violência»³¹.

Erich Weede pôs em causa as conclusões de Rummel, pois os «Estados democráticos estiveram tão envolvidos em guerras como os outros Estados nos anos sessenta e setenta»³². Steve Chan também exprimiu o seu desacordo, demonstrando que as democracias não têm tendência para lutar entre si mas estão preparadas para lutar com Estados não-democráticos. Nesse sentido, a «Freedom Proposition» só fazia sentido em termos diádicos e, se se usar «mónadas em vez de díades para testar essa hipótese, os factos não a podem sustentar»³⁴.

Contudo, esse argumento é difícil de aceitar por não haver motivo para equacionar a democracia com o libertarismo. Dadas as contingências implícitas na quantificação dos níveis de liberdade e as suas manifestações subjectivas e culturalmente específicas, a dependência de Rummel em relação aos dados da Freedom House deixa esse problema em aberto, pois os critérios de medição usados se subordinam ao entendimento pluralista americano da liberdade e da democracia. Por outro lado, Rummel limita o seu campo da análise às «democracias estabelecidas», ou consolidadas. Enfim, o seu argumento incorpora a noção de que os dirigentes democráticos tendem a não iniciar guerras porque calculam, racionalmente, que tal lhes poderia custar os seus lugares políticos³⁵. Esse argumento pode ser invertido para sugerir que os dirigentes democráticos estariam dispostos a fazer a guerra se os custos forem aceitáveis e, sobretudo, se contribuírem para manter os seus lugares. Não vale a pena simular essa situação, mas esta variação teórica é admitida pelas premissas de Rummel.

No entanto, a tese de Rummel é importante porque, para haver progresso analítico para lá da mera correlação que constata a ausência de guerra entre as democracias, falta estabelecer umnexo causal entre a democracia e a paz. O ponto de partida mais adequado para essa investigação é uma análise dos valores que estão presentes nas democracias e ausentes dos outros regimes. Porém, como os valores se prolongam, bem como são formalizados e reproduzidos, pelas instituições políticas, é a interacção entre as duas partes que cria a paz democrática. Bruce Russett apresenta o problema da seguinte maneira:

«O fenómeno da paz democrática pode ser explicado pela difusão de normas restritivas dos conflitos entre as democracias. Essa explicação estende ao domínio internacional as normas culturais da tolerância e da resolução pacífica dos conflitos que operam dentro das democracias. O fenómeno da paz democrática também se pode explicar pelos condicionamentos estruturais das decisões democráticas sobre a guerra. Esses condicionamentos garantem que, num conflito de interesses com uma democracia, o outro Estado pode contar com muito tempo para a efectivação dos processos de resolução de conflito e praticamente não corre o risco de um ataque de surpresa»³⁶.

A dificuldade dos teóricos democráticos está na separação das duas variáveis, porque, como demonstra a conceptualização da democracia de Dahl, os valores e as instituições são inseparáveis. Todavia, as teorias da paz democrática insistem em fazer essa distinção

analítica, chegando a duas proposições claramente diferenciadas. Um dos valores mais importantes da política democrática é a tolerância – assumir que as ideias e os interesses dos outros devem ser respeitados no campo político e na sociedade civil. O problema é que essas ideias e interesses, que divergem de pessoa para pessoa e de grupo para grupo, devem competir pacificamente num quadro institucional e não ser impostas pela força. A própria natureza da vida democrática, quando adequadamente estruturada por regras políticas, encoraja a tolerância e as relações pacíficas sem prejuízo da defesa de interesses conflituais. As democracias podem sucumbir e serem destruídas por conflitos étnicos ou outras formas de resolução violenta de interesses opostos, mas a probabilidade desse tipo de evolução é reduzida.

A interpretação monádica da paz interdemocrática sugere que a ideologia política, ou a comunidade dos significados ideológicos, resolve efectivamente o problema da distinção entre amigos e inimigos no domínio internacional³⁷. Se os governos democráticos são associados com a liberdade e a tolerância, entendidos como bens públicos essenciais, a legitimidade dos governos que oprimem violentamente os cidadãos não é reconhecida pelos dirigentes democráticos – nem pelas elites, nem pelo público. As democracias não fazem a guerra para resolver disputas porque os decisores democráticos esperam que outros decisores democráticos, vinculados por idênticos valores, não fazem a guerra contra outras democracias. Os Estados democráticos não só não lutam entre si, como «não esperam vir a lutar uns contra os outros, nem se preparam para lutar entre si»³⁸.

Michael Doyle reconhece que o «legado liberal de imprudência» é tão forte como o «legado da paz», concluindo que se devem «ter em conta as febres guerreiras e as tendências para a conciliação (appeasement) que quase alternadamente assolam as democracias liberais»³⁹. Se é esse o caso, a explicação monádica não é muito convincente. Talvez a observação mais pertinente contra essa posição seja o facto de as democracias terem, historicamente, militarizado disputas com outras democracias. As democracias não recuaram perante a ameaça do recurso à força militar para impor a sua vontade. Se os dirigentes e os públicos democráticos estão cultural e normativamente predispostos para não lutar contra outras democracias não há razão para estarem preparados para as ameaçar militarmente⁴⁰, a menos que as partes pudessem ter a certeza de que o emprego da força estaria automaticamente excluído. Mas se assim fosse não faria sentido uma ameaça sem credibilidade, nem sequer como estratégia negocial: se a ameaça existe, quem a faz deve estar preparado para a executar, e esse facto subsiste mesmo quando a ameaça não se tenha concretizado. Adicionalmente, as democracias recorrem a acções encobertas contra outras democracias. Mesmo que não façam a guerra entre si, usam meios violentos para desestabilizar ou derrubar outras democracias, como aconteceu, por exemplo, com o envolvimento norte-americano no golpe contra Salvador Allende no Chile.

A perspectiva monádica alternativa – o lado institucional⁴¹ – pressupõe que são as instituições democráticas que impedem a decisão de travar uma guerra⁴². O argumento decorre da constatação sobre a natureza difusa do poder nos estados democráticos, em que nenhuma instituição tem, por si só, o poder ou a legitimidade para iniciar uma guerra sem o acordo de outras entidades. Paradoxalmente, a separação de poderes típica da democracia implica uma regra de cooperação política. Legislar, ou mediar entre interesses conflituais, significa estar envolvido na feitura de compromissos ou em processos negociais em que nenhum agente isolado pode esperar ganhar em todos os

campos. A fluidez das coligações políticas é uma manifestação característica de um comportamento cooperativo habitual na acção das instituições democráticas. O jogo dos contrapesos faz com que iniciar uma guerra contra outra democracia seja extremamente caro, se não mesmo impossível. A decisão democrática é lenta, cautelosa e reduz substancialmente a probabilidade de uma escalada dos conflitos até à guerra. Não só o Estado é restringido no seu caminho para a guerra, como pode esperar que o outro Estado tenha dificuldades idênticas em declarar a guerra. Um tempo tão prolongado entre o início de um conflito e o começo de uma guerra cria, pois, as oportunidades para uma resolução pacífica da disputa⁴³.

Esta descrição estruturalista da paz democrática tem, contudo, certas limitações. Primeiro, não há nenhuma razão empírica para crer que os Estados não-democráticos não tenham também contrapesos internos e tempos de decisão longos. Com efeito, as estruturas decisórias autoritárias não são menos complexas do que as democráticas e os decisores têm de negociar as políticas, em particular numa questão tão crucial como a declaração de guerra. Dizer que as democracias são, invariavelmente, mais resistentes à guerra por causa da complexidade dos processos decisórios pressupõe uma visão simplista dos regimes autoritários centrados num único decisor. Segundo, não há nenhuma boa razão para concluir que o prolongamento do tempo de decisão contribui para atenuar em vez de exacerbar as tensões. Os teóricos da paz democrática parecem indicar que existe uma racionalidade inerente nos decisores e nos públicos das democracias que os impede de analisar os custos da guerra se não houver uma larga distância entre o desencadear de um conflito e a sua resolução. Mas nada confirma esta posição quanto aos públicos democráticos. Todavia, se se analisar o mesmo caso nos regimes não-democráticos constata-se que as massas são, frequentemente, agentes de pressão a favor da guerra.

No mínimo, isso prova que os governos democráticos não estão, normativamente, vinculados à paz, embora os obstáculos institucionais à intensificação dos conflitos possam reprimir uma escalada que leve à guerra. A Grécia e a Turquia ameaçaram travar uma guerra sobre as ilhas disputadas do mar Egeu, bem como a propósito da intenção dos cipriotas gregos instalarem mísseis na sua zona de controlo da ilha. Embora este exemplo não falsifique a tese da paz democrática, mostra que as normas e as instituições democráticas podem não evitar escaladas de guerra, pois os erros de percepção e de cálculo podem provocar guerras acidentais. A democracia não só pouco pode fazer para evitar uma dinâmica de escalada, como, em certas circunstâncias, pode contribuir para esse processo se um governo fraco assumir posições intransigentes para compensar a sua vulnerabilidade interna.

A versão dominante da paz democrática estabelece que as democracias não fazem a guerra umas às outras, mas nem por isso são menos agressivas do que qualquer outro Estado em relação às não democracias. Por outras palavras, as democracias formam uma paz separada exclusivamente entre si. Esse resultado diádico é atribuído ou aos valores normativos democráticos comuns ou aos condicionamentos institucionais que inibem a capacidade de um dirigente ou de um grupo para, isoladamente, agregar os recursos políticos indispensáveis para travar uma guerra contra outra democracia.

Uma vez que a legitimidade dos regimes democráticos assenta na ideia de que os cidadãos têm o direito de determinar o seu futuro colectivo, o direito de autodeterminação em relação a outros povos torna-se um corolário da política democrática. Tanto os

dirigentes como o público democrático aceitam a noção de que outros povos têm um direito idêntico. Essa percepção faz com que as comunidades democráticas se oponham à guerra contra outros regimes assentes no consentimento popular, mas também é uma das causas das guerras entre os regimes não-democráticos e as democracias. Como a legitimidade política das autocracias não é reconhecida pelos regimes democráticos, a guerra não é impensável. Doyle sugere que «se a legitimidade da acção do Estado resulta do facto deste respeitar e representar indivíduos moralmente autónomos, então os Estados que coagem os seus cidadãos ou residentes estrangeiros não têm legitimidade moral»⁴⁵.

O respeito pelo direito de autodeterminação é um factor crucial dos decisores democráticos. Se os homens de Estado não se subordinam a essa norma, correm o risco de subverter a própria ideia em que assenta a sua autoridade. Em larga medida, é a necessidade de preservar a legitimidade democrática que impede as guerras interdemocráticas. O cumprimento do princípio de autodeterminação contribui para tornar mais previsível o comportamento das democracias. Em geral, pode dizer-se que esse imperativo moral proíbe a política externa democrática de ter como propósito a destruição física de outras democracias: há um código de comportamento implícito que regula as relações interdemocráticas, pois existe uma aliança automática não formalizada entre as democracias.

Em *The Origins of Alliances*, Stephen Walt afirma que a formação das alianças é uma resposta à percepção de uma ameaça⁴⁶. Essa observação pode ser alargada para admitir que, num sistema anárquico, a percepção dos níveis de ameaça é decisiva. As democracias tornam-se menos ameaçadoras para as outras democracias porque os seus processos políticos internos são mais abertos do que no caso dos regimes autoritários. A característica do comportamento dos Estados democráticos é a regularidade, enquanto nos Estados não-democráticos os processos decisórios dependem dos equilíbrios relativos entre grupos que não têm de prestar contas públicas⁴⁷. Uma vez que nas autocracias a cooperação entre grupos de interesse é indispensável, normalmente os grupos de interesse que possuem os recursos coercivos têm vantagem, o que leva Jack Snyder a constatar que o Estado é raptado por esses grupos.

O desafio à paz democrática

A literatura sobre a paz interdemocrática tem sido criticada nos últimos anos. Para certos críticos, a manipulação da definição de democracia permite aos teóricos da paz democrática afastar os casos mais difíceis. Por exemplo, se a guerra entre os Estados Unidos e os Estados Confederados for definida como uma guerra intra-estatal e não como uma guerra civil, constitui um caso de guerra entre democracias. Do mesmo modo, deve ser lembrado que a Finlândia se aliou às potências do Eixo contra a democracia britânica e os seus aliados na II Guerra Mundial, ou que Israel, mais do que uma vez, lutou contra o Líbano democrático. Esses casos são recusados pelos teóricos da paz democrática por considerarem que pelo menos uma das partes não era «suficientemente democrática», isto é, que uma das partes da diáde era uma democracia não-consolidada. Com efeito, a definição de democracia usada por esses teorizadores corresponde à apresentada neste artigo, o que tende a limitar as democracias à sua forma no pós-II Guerra Mundial. Sendo assim, com um número tão reduzido de casos, a generalização é mal avisada. A validade de uma teoria não depende apenas da sua capacidade explicativa, mas também da sua parcimónia. Por isso, a teoria da paz democrática só pode ser aceitável se não existirem

teorias alternativas que tenham ou maior capacidade explicativa ou maior parcimónia. Por conseguinte, é essencial comparar a tese da paz democrática com análises alternativas.

Certos investigadores sugerem que a paz democrática é um subproduto da obsolescência geral da guerra⁴⁸. A evolução técnica, a começar pelo desenvolvimento das armas nucleares, tornou a guerra uma forma demasiado cara para obter vantagens políticas através da violência organizada: a guerra tornou-se antiquada. Outra explicação alternativa da paz democrática é a teoria da integração, cujo pressuposto estabelece que a interdependência económica torna tão elevado o custo da guerra que impede as nações de recorrerem a essa modalidade⁴⁹. Por isso, o primeiro passo para garantir uma paz inter-europeia foi a integração das indústrias do carvão e do aço – as duas indústrias estratégicas da guerra. O cálculo desse projecto antecipava que o aumento do comércio entre as nações europeias não só acentuaria a interdependência económica, como os cidadãos desses países se tornariam mais pacíficos pela crescente familiaridade com os seus vizinhos. A integração era uma forma de criar confiança, modificando as percepções internacionais dos indivíduos. A teoria de integração e a experiência concreta da integração regional europeia mostram que abdicar de uma parte da soberania é a condição prévia de uma crescente interdependência. Os Estados deixam de ser ciosos da sua soberania, que passam a partilhar em nome de um bem comum. Uma postura cooperativa leva à criação de mecanismos negociais que reduzem a possibilidade da guerra. Os conflitos são resolvidos em quadros específicos, onde a ameaça da violência é um factor menor, ou mesmo inexistente. A paz resulta da integração e não da democracia, muito embora a democracia possa facilitar a integração.

Outro grupo de críticos entende que o crescimento da interdependência entre os países – a globalização – levou ao estabelecimento de relações cada vez mais pacíficas. Se bem que se trate de uma variante da teoria da integração, esta posição pode reclamar uma maior coerência teórica, bem como uma maior capacidade explicativa e uma maior relevância. Mais: enquanto o processo de integração é voluntarista, pois requer o empenho das elites nesse processo, a interdependência é um resultado estrutural que decorre do aumento das trocas entre os agentes. Os defensores desta posição afirmam que a paz democrática não depende da democracia mas do aumento substancial dos custos da guerra provocado pela interdependência. As dependências recíprocas e as instituições reguladoras das interacções levam a relações mais pacíficas porque se reduziu a utilidade da força militar como um instrumento político⁵⁰.

Claro que se pode defender que a interdependência constitui um forte incentivo para a paz, mas é outra coisa concluir que determina relações interestatais específicas. Como indicaram Keohane e Nye, a interdependência cria vulnerabilidades e sensibilidades⁵¹. As nações podem sentir que a sua segurança fica comprometida por essas vulnerabilidades e, em consequência, recorrer à guerra para as minimizar. O facto de Saddam Hussein poder criar vulnerabilidades para muitos países se controlasse uma percentagem significativa da produção petrolífera do Médio Oriente reforçou a decisão da coligação internacional para travar a guerra do Golfo. Não foi o primeiro caso em que a interdependência é, directa ou indirectamente, responsável pela guerra, pois «a intensidade do comércio, das trocas e dos contactos culturais não impediu a I Guerra Mundial de destruir muitas das mais civilizadas formas de interdependência»⁵².

Contudo, o principal desafio à tese da paz democrática vem dos realistas e dos neo-realistas, para os quais as conclusões diádicas pouco revelam sobre a democracia, uma vez que os comportamentos e as políticas externas são ditados por condicionamentos e oportunidades associados com os ganhos absolutos e relativos. Isto é, os Estados democráticos portam-se como os outros nas mesmas circunstâncias internacionais. Como Clausewitz indicou, a guerra é um fenómeno político, sendo que um Estado recorre ou não à violência em função de decisões políticas que respondem a condições externas. A guerra é uma forma de violência organizada que um Estado desencadeia contra outro Estado. A estrutura do sistema internacional – a distribuição do poder – reduz ou aumenta a anarquia e a probabilidade da guerra. Por exemplo, depois da II Guerra Mundial, a competição bipolar determinou a formação de uma coligação ocidental na Organização do Tratado do Atlântico Norte, que se tornou o instrumento de preservação da comunidade de segurança, definida por Karl Deutsch como um quadro onde «existe uma real garantia de que os membros dessa comunidade não lutarão fisicamente entre si e resolverão as suas disputas de outro modo»⁵³.

É a Aliança Atlântica, mais do que o facto de a maioria dos seus membros serem democracias, que garante a paz nessa comunidade de segurança⁵⁴.

Os realistas estruturalistas defendem que as tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética, nomeadamente no período mais intenso da Guerra Fria, estabeleceram um equilíbrio de poder que tornou possível o estabelecimento de «ilhas de paz», nomeadamente na Europa, onde o risco de confrontação directa era maior. Segundo John Mearsheimer, a paz foi uma consequência da distribuição bipolar do poder na Europa, assenta na posse de armas nucleares e de um equilíbrio militar entre Moscovo e Washington⁵⁵. A natureza dos regimes em causa não era uma variável determinante, pois as duas potências hegemónicas, a democrática e a comunista, comportavam-se como grandes potências tradicionais. Naturalmente, o fim da ordem bipolar cria novos focos de instabilidade e um correspondente aumento da probabilidade da guerra na Europa.

Mearsheimer critica o que chama a teoria das «democracias pacificistas». Em primeiro lugar, diz que a tese neokantiana segundo a qual as democracias são menos propensas a aceitar os fardos da guerra é falsa porque as democracias travam guerras⁵⁶. Isto é, as democracias não são inerentemente pacíficas. Em segundo lugar nega que as democracias não lutam entre si por respeitarem a legitimidade de regimes idênticos: essa conclusão é falsa porque as democracias se podem transformar em regimes autoritários. Na sua análise, a ausência de uma proximidade física entre as democracias, a ameaça soviética e o facto de, historicamente, serem raros os regimes democráticos explica a inexistência de guerras interdemocráticas. Como as democracias têm sempre de temer o poder de regimes idênticos, é impossível uma paz interdemocrática sustentada⁵⁷. Todavia, Mearsheimer admite que a democracia pode reduzir os fenómenos sociais que são causas da guerra, nomeadamente o hipernacionalismo. Mas as raízes do nacionalismo radical estão na natureza anárquica do sistema de Estados, que produz insegurança⁵⁸.

Mas as democracias são mesmo mais pacíficas? Há qualquer coisa na ideologia democrática que torna os Estados democráticos menos agressivos? Michael Doyle responde afirmativamente. Porém, os realistas indicam que uma política externa ideológica cria objectivos ilimitados. Henry Kissinger, em *A World Restored*, escreveu que os Estados ideológicos, ou revolucionários, enunciam objectivos ilimitados prejudiciais para a preservação da ordem internacional⁵⁹. As implicações desse

argumento são óbvias, e põem em causa a doutrina do «alargamento democrático» do presidente Clinton, cujo objectivo é estabelecer regimes democráticos fora da esfera de interesses dos Estados Unidos. Com efeito, Doyle admitia que as democracias, em particular as mais poderosas, como os Estados Unidos, podem fazer a guerra contra regimes não-democráticos por motivos ideológicos, designadamente por não reconhecerem a sua legitimidade. Nesse contexto, a guerra contra esses Estados não é impensável, pois não viola os valores comuns das democracias.

Para lá das suas diferenças, os realistas defendem que a paz entre dois Estados é determinada pela sua interacção estratégica: os Estados actuam de acordo com as suas expectativas e a sua previsão sobre o comportamento dos outros Estados. Ao contrário dos teóricos da paz democrática, que consideram que essa interacção tem uma natureza benigna no caso dos regimes democráticos, os realistas consideram que a paz não pode ser permanente dado que a anarquia e a insegurança são uma qualidade inerente ao sistema de Estados. Nesse sentido, os Estados devem estar preparados para a guerra, pois os aliados de hoje podem ser amanhã os seus adversários se as necessidades comuns deixarem de impor uma paz diádica. Os realistas não negam inteiramente a importância dos regimes para a orientação externa dos Estados, mas entendem que os condicionamentos externos pesam mais do que os factores ideológicos e institucionais. Mais do que os valores, os realistas sublinham a relevância do interesse nacional e dos objectivos estratégicos na feitura das políticas externas e, nesse sentido, concluem não existirem diferenças fundamentais na acção internacional dos Estados resultantes das suas constituições, dos equilíbrios internos de poder ou das formas de legitimação das instituições políticas.⁶⁰

Conclusão

A questão tratada neste artigo tem uma importância política decisiva. Se as democracias são mesmo mais pacíficas, pelo menos nas relações entre si, as nações democráticas têm um interesse próprio na expansão internacional da democracia. Se as democracias não são nem mais nem menos pacíficas do que os outros regimes, a promoção externa da democracia deixa de ser politicamente imperativa. Em larga medida, a relevância teórica da paz democrática está, justamente, nas implicações políticas que decorrem das suas teses.

No limite, a paz democrática não pode ser nem provada nem falsificada pelos dados empíricos disponíveis. Com efeito, o debate académico concentrou-se demasiado na quantificação, em vez de produzir estudos de caso que possam explorar mais profundamente as ambiguidades da teoria da paz democrática. Em todo o caso, parece claro que os argumentos dos defensores dessa tese não são convincentes. A guerra não é um fenómeno frequente e, numa perspectiva sistémica, as democracias foram fortemente condicionadas pela hegemonia norte-americana, a ameaça soviética e, no caso da Europa, pela dinâmica de unificação. Qualquer dessas variáveis, ou todas no seu conjunto, são responsáveis pela paz europeia.

Se os teóricos democráticos não convencem, os realistas, pela sua parte, também têm de desenvolver uma dimensão ausente do seu aparato teórico: a relação entre as estruturas internas e internacionais. Os neo-realistas ignoram largamente a relevância dos regimes políticos como uma variável explicativa do comportamento dos Estados. No sentido oposto, os teóricos da paz democrática sobredeterminam a estrutura dos regimes à custa

das variáveis do sistema internacional; a sua parcimónia é demasiado reducionista. Além disso, ao ignorar a relevância dos condicionamentos estratégicos internacionais na formulação das políticas externas e na acção dos Estados, a paz democrática vira as costas às realidades do poder num sistema anárquico⁶¹. Trata-se de uma atitude perigosa que, na melhor hipótese, leva a uma posição idealista e, na pior, encoraja os Estados a seguir políticas externas aventureiras.

Notas

¹ O discurso, a principal declaração sobre política externa do candidato, foi feito em 1 de Outubro de 1992. Cf. «American foreign policy and the democratic ideal», *Orbis*, 37, 1, 1993, pp. 651-660.

² As dificuldades de reconciliar a promoção da democracia e os interesses nacionais são óbvias. Os Estados Unidos, por exemplo, procuram isolar Cuba e desenvolver as suas relações com a China para alcançar o mesmo suposto objectivo de estimular as respectivas democratizações.

³ Cf., por exemplo, o caso notório de Francis Fukuyama, «The End of History», *The National Interest*, 16, 1989. Essas mudanças são analisadas por Keith L. Shimko, «Realism, neorealism and american liberalism», *The Review of Politics*, 54, 2, 1992; e Ethan Kapstein, «Is realism dead? The domestic sources of international politics», *International Organization*, 49, 4, 1995.

⁴ Se bem que o realismo político se tenha tornado o paradigma dominante durante a Guerra Fria, houve um intervalo de dois ou três anos em que existia a esperança de se criar um concerto pacífico das potências no fim da guerra. A formação das Nações Unidas, designadamente do Conselho de Segurança, reflectem esse espírito. Sobre o desenvolvimento de uma perspectiva realista na política norte-americana em relação à União Soviética, cf., por exemplo, Daniel Yergin, *Shattered Peace: The Origins of the Cold War*, Londres, Penguin, 1977.

⁵ A referência clássica sobre a relação entre o conhecimento científico e a mudança paradigmática é Thomas S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, Chicago University Press, 1962.

⁶ Robert A. Dahl, *Polyarchy: Participation and Opposition*, New Haven, Yale University Press, 1971, p. 1.

⁷ *Ibid.*, p. 2. Seguindo Dahl, os termos democracia e «poliarquia» são usados como sinónimos. Cf. Robert Dahl, *Dilemmas of Pluralist Democracy: Autonomy vs Control*, New Haven, Yale University Press, 1982, p. 1.

⁸ Robert Dahl, *Polyarchy: Participation and Opposition*, op. cit., p. 3. Essa definição minimalista, que deve muito a Schumpeter, é proposta por numerosos investigadores contemporâneos. Por exemplo, Juan Linz indica que o tipo ideal de democracia inclui: «liberdade jurídica de formular e defender alternativas políticas com os direitos

concomitantes de livre associação, livre expressão e outros direitos fundamentais da pessoa; competição livre e não violenta entre os dirigentes com validação periódica da sua autoridade; inclusão de todos os cargos relevantes no processo democrático; garantia de participação de todos os membros da comunidade política, quaisquer que sejam as suas preferências». Juan Linz, *The Breakdown of Democratic Regimes: crisis, breakdown and reequilibration*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978, p. 5. Cf. também Juan Linz, «Totalitarian and authoritarian regimes», in Fed Greenstein, Nelson Polsby, editores, *Handbook of Political Science*, III, Reading, Addison-Wesley, 1975, pp. 182-183. Como Linz indica, esta conceptualização exige a criação de partidos políticos e a realização de eleições regulares como parte integrante do regime democrático. Giuseppe di Palma também segue uma concepção minimalista: «o ênfase deve ser posto no sufrágio livre e universal num contexto de liberdades cívicas, em partidos competitivos, na selecção de candidatos alternativos e na presença de instituições políticas que regulam e garantem o estatuto do governo e da oposição». Giuseppe di Palma, *To Craft Democracies: an essay on democratic transitions*, Berkeley, University of California Press, 1990, p. 16.

⁹ Robert Dahl, *Democracy and its Critics*, New Haven, Yale University Press, p. 221.

¹⁰ Todavia, é importante evitar a armadilha reducionista ao tentar operacionalizar o conceito de democracia. Por exemplo, se a liberdade é um aspecto importante da democracia, não se pode reduzir a democracia à liberdade. Com efeito, esta é uma das dificuldades da tentativa de Rummel para descobrir por que razão os regimes liberais são mais pacíficos. É praticamente impossível quantificar níveis ou graus de liberdade, sobretudo se se isolar esse factor de outras dimensões cruciais do governo democrático.

¹¹ Gabriel A. Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture*, Princeton, Princeton University Press, 1963; Francis Fukuyama, *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*, Nova York, Free Press, 1995; Robert D. Putnam, *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton, Princeton University Press, 1993.

¹² Cf. Robert Dahl, *Democracy and its Critics*, op. cit., capítulo XVII. Nesse capítulo, Dahl discute a evolução histórica da poliarquia. Na sua opinião, «na maior parte dos países que atingiram o umbral da poliarquia em 1920, as instituições eram deficientes, segundo os padrões actuais, pelo menos até ao último terço do século XIX». *Ibid.*, p. 234. Vale a pena notar que, por exemplo, o sufrágio secreto só foi introduzido na Grã-Bretanha em 1872, nos Estados Unidos depois das eleições presidenciais de 1884, e em França a partir de 1913. O sufrágio universal existia em muito poucos países antes de 1918, e na França ou na Bélgica as mulheres só puderam votar depois de 1945.

¹³ David E. Spiro, «The Insignificance of the Liberal Peace», *International Security*, 19, 2, 1994; Joane Gowa, «Democratic States and International Disputes», *International Organization*, 49, 3, 1995.

¹⁴ Os termos «república» e «democracia» são frequentemente usados como sinónimos na discussão desta problemática. Mas pode distinguir-se o que Kant chama «república» e o

que hoje se designa como «democracia liberal». Cf. Chris Brown, «Really existing liberalism and international order», *Millennium*, 21, 3, pp. 319-320.

¹⁵ A posição de Michael Doyle está expressa em dois artigos: «Kant, liberal legacies and foreign affairs», I e II, *Philosophy and Public Affairs*, 12, 3 e 4, 1983, pp. 205-235 e 323-353; e «Liberalism and world politics», *American Political Science Review*, 80, 4, 1996, pp. 1151-1169.

¹⁶ Michael Doyle, «Kant, liberal legacies and foreign affairs», I, loc. cit., p. 229; Michael Doyle, «Liberalism and world politics», loc. cit., p. 1160.

¹⁷ Michael Doyle, «Kant, liberal legacies and foreign affairs», I, loc. cit., p. 230.

¹⁸ *Ibid.*, II, p. 325.

¹⁹ Michael Doyle, «Liberalism and world politics», loc. cit., p. 1161.

²⁰ *Ibid.*, p. 1160.

²¹ Bruce Russett, *Grasping the Democratic Peace*, Princeton, Princeton University Press, 1993, p. 30.

²² Cf., inter alia, Miriam Freundus Elman, editor, *Paths to Peace: is democracy the answer?*, Cambridge, MIT Press, 1997; Michael Brown, Seann Lynn-Jones, Steven Miller, editores, *Debating the Democratic Peace*, Cambridge, MIT Press, 1996; James Lee Ray, *Democracy and International Conflict: an evaluation of the democratic peace proposition*, Columbia, University of South Carolina Press, 1995.

²³ Dean Babst, «A Force for Peace», *Industrial Research*, p. 55, 1972. Cf. Quincy Wright, *A Study of War*, Chicago, Chicago University Press, 1942.

²⁴ Babst, loc. cit., p. 58.

²⁵ Bruce Russett, *Controlling the Sword*, Cambridge, Harvard University Press, 1990, p. 123.

²⁶ Quincy Wright, *op. cit.*, p. 841.

²⁷ Melvin Small e J. David Singer, «The war-proneness of democratic regimes (1816-1965)», *Jerusalem Journal of International Relations*, 1976, pp. 67-68.

²⁸ Bruce Russett *Grasping the Democratic Peace*, loc. cit., Monsen, «Bureaucracy and polyarchy as predictors of performance», *Comparative Political Studies*, 8, 1975.

²⁹ R. J. Rummel, «Libertarianism and International Violence», *Journal of Conflict Resolution*, 27, 1, p. 34. Para uma crítica do trabalho de Rummel, cf. Jack Vincent,

«Freedom and International Conflict: Another Look», *International Studies Quarterly*, 31, 1, 1987.

³⁰ *Ibid.*, p. 33.

³¹ *Ibid.*, p. 29.

³² Erich Weede, «Democracy and war involvement», *Journal of Conflict Resolution*, 28, 4, 1984, p. 657.

³³ *Ibid.*, p. 660. Mas deve notar-se que, em 1992, Weede alterou a sua posição, para passar a aceitar a tese da paz democrática. Cf. Erich Weede, «Some simple calculations on democracy and war involvement», *Journal of Peace Research*, 29, 4, 1992, p. 378.

³⁴ Steve Chan, «Mirror, mirror on the wall... are the freer countries more pacific?», *Journal of Conflict Resolution*, 28, 4, 1984, p. 642.

³⁵ R. J. Rummel, «Democracies ARE less warlike than other regimes», *European Journal of International relations*, 1, 4, 1995.

³⁶ Bruce Russett, *Grasping the Democratic Peace*, op. cit., p. 119.

³⁷ Cf., inter alia, William J. Dixon, «Democracy and the Peaceful Settlement of International Conflict», *American Political Science Review*, 88, 1, 1994; Gregory Raymond, «Democracies Disputes and Third-Party Intermediaries», *Journal of Conflict Resolution*, 38, 1, 1994; Spencer Weart, «Peace Among Democratic and Oligarchic Republics», *Journal of Peace Research*, 31, 3, 1994.

³⁸ *Ibid.*, p. 42. O mesmo tipo de argumento é desenvolvido por Bruce Bueno de Mesquita e David Lalman, *War and Reason: Domestic and International Imperatives*, New Haven, Yale University Press, 1992; Harvey Starr, «Democracy and War: Why Don't Democracies Fight One Another? Evaluating the Theory-Findings Feedback Loop», *Jerusalem Journal of International Relations*, 14, 4, 1992.

³⁹ Michael Doyle, «Liberalism and world politics», loc. cit., p. 1163.

⁴⁰ Christopher Layne, «Kant or Cant: The Myth of the Democratic Peace», *International Security*, 19, 4, 1994.

⁴¹ Esta perspectiva foi particularmente influenciada pela nova análise institucional nas ciências políticas. Cf., inter alia, Walter Powell, Paul DiMaggio, editores, *The New institutionalism in Organizational Analysis*, Chicago, Chicago University Press, 1991; James March, Johan Olsen, *Rediscovering institutions: the organizational bias of politics*, Nova York, Free Press, 1989.

⁴² David A. Lake, «Powerful Pacifists: Democratic States and War», *American Political Science Review*, 86, 1, 1992; T. Clifton Morgan e Sally H. Campbell, «Domestic Structure, Decisional Constraints and War: So Why Cant Democracies Fight?», *Journal of Conflict Resolution*, 35, 2, 1991; Randall L. Schweller «Domestic Structures and Preventive War: Are Democracies More Pacific?», *World Politics*, 44, 2, 1992.

⁴³ Bruce Russett, *Grasping the Democratic Peace*, op. cit., pp. 38-40.

⁴⁴ Sobre esta questão, cf. Charles Beitz, *Political Theory and International Relations*, Princeton, Princeton University Press, 1979, pp. 95-102.

⁴⁵ Michael Doyle, «Kant, liberal legacies and foreign affairs» II, loc. cit., p. 325.

⁴⁶ Stephen Walt, *The Origins of Alliances*, Ithaca, Cornell University Press, 1987, pp. 21-26.

⁴⁷ Jack Snyder, *Myths of Empire: domestic politics and international ambition*, Ithaca, Cornell University Press, 1991.

⁴⁸ John Mueller, *Retreat from Doomsday: The Obsolescence of Major War*, Nova York, Basic Books, 1989.

⁴⁹ A bem dizer, existem várias teorias de integração. Porém, todas focam este elemento essencial. Sobre as teorias de integração mais representativas, cf., inter alia, Ernst B. Haas, *The Uniting of Europe*, Stanford, Stanford University Press, 1958; David Mitrany, *A Working Peace System*, Chicago, Quadrangle Books, 1966; Joseph S. Nye, *Peace in Parts: Integration and Conflict in Regional Organization*, Boston, Little, Brown, 1971.

⁵⁰ Robert Keohane, Joseph Nye, *Power and interdependence*, Boston, Little, Brown, 1977, pp. 27-29.

⁵¹ *Ibid.*, pp. 12-16.

⁵² Robert Lieber, *No common power: understanding international relations*, Nova York, Harper Collins, p. 346. 1991. Cf. também John Mearsheimer, «Back to the future: instability in Europe after the cold war», in Seann Lynn-Jones, editor, *The Cold War and After. Prospects for Peace*, Cambridge, The MIT Press, p. 181.

⁵³ Karl Deutsch, *Political Community in the North Atlantic Area*, Princeton, Princeton University Press, 1968, p. 5.

⁵⁴ Raymond Cohen, «Pacific Unions: a Reappraisal of the Theory that Democracies do not go to War with Each Other», *Review of International Studies*, 20, 3, 1994.

⁵⁵ John Mearsheimer, op. cit., p. 147.

⁵⁶ Ibid., p. 185.

⁵⁷ Ibid., p. 186.

⁵⁸ Ibid., p. 157.

⁵⁹ Henry Kissinger, *A World Restored: The Politics of Conservatism in a Revolutionary Age*, Nova York, Grosset & Dunlap, 1964.

⁶⁰ Kenneth Waltz, *Theory of International Politics*, Reading, Addison-Wesley, 1979; Kenneth Waltz, «Reflections on Theory of international politics: a response to my critics», in Robert Keohane, editor, *Neorealism and its Critics*, Nova York, Columbia University Press, 1986.

⁶¹ Robert Gilpin, *War and Change in World Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.